2. DISCURSO POLÍTICO E POBREZA EM MOÇAMBIQUE: ANÁLISE DE TRÊS DISCURSOS PRESIDENCIAIS

Luís de Brito

Introdução

O objectivo deste artigo é caracterizar o discurso presidencial moçambicano no início do mandato de Armando Guebuza, analisar o lugar que a questão da pobreza ocupa nesse discurso e a forma como ela é abordada. São objecto de estudo três discursos: o seu discurso de investidura, o discurso na tomada de posse dos primeiros membros do governo nomeados e o discurso na tomada de posse dos governadores provinciais e restantes ministros e vice-ministros. Os títulos escolhidos para estas intervenções, na sua versão publicada (Guebuza 2006)[1], fazem transparecer a actualidade e o papel político central da temática da pobreza: "A nossa missão: o combate contra a pobreza", "Combate à pobreza: um desafio que exige criatividade e celeridade nas nossas acções" e "Distrito: base para a dinamização do combate à pobreza".

Embora se trate, à partida, de textos com estatutos diferentes, em função do contexto em que foram proferidos – o primeiro é uma intervenção pública, explicitamente dirigida "ao Povo Moçambicano e ao mundo" (Guebuza 2004b: 9)[2], e os outros dois foram proferidos perante um número restrito de convidados – a sua publicação conjunta confere-lhes um estatuto semelhante. Para além disso, em termos de comunicação política, a publicação faz deles instrumentos de difusão da linha orientadora do governo e, como tal, merecedores de igual atenção.

Para se compreender o sentido do discurso político, o que ele representa em termos da visão do mundo e da sociedade que lhe é inerente e da acção que propõe, devemos entendê-lo no seu contexto histórico e situacional. Por isso, começamos por estabelecer em grandes linhas o processo de estruturação do actual campo político moçambicano, ou seja, as origens, posições e relação entre os dois partidos, a Frelimo e a Renamo, que partilham, de forma quase exclusiva, a cena política moçambicana. Em seguida, procuramos identificar quais os

temas estruturantes das três intervenções presidenciais aqui analisadas e o lugar que nelas ocupa a questão da pobreza. Finalmente, tentamos mostrar que, para além da presença exclusiva da concepção da pobreza, que é própria dos programas inspirados pelo modelo de análise do Banco Mundial, existe um outro elemento que consiste em defender, recorrendo a um uso ambíguo da noção de pobreza, o desenvolvimento de uma burguesia nacional.

O campo político e os partidos

Mais do que qualquer outro, o discurso político incorpora a história e a estrutura do campo em que se inscreve [3]. Discurso de acção, que tem por objectivo agir sobre a realidade social, ele é um elemento central nas lutas que os agentes políticos desenvolvem para manterem ou acederem a posições de poder. Ao mesmo tempo, porque a eficácia do discurso político depende em grande medida da legitimidade que lhe é reconhecida, é também discurso de legitimação. Nesta perspectiva, a análise da formação do actual campo político moçambicano contribui para melhor compreender o discurso dos diferentes agentes políticos e, em especial, o discurso de Armando Guebuza[4].

A história recente de Moçambique foi marcada por dois processos estruturantes do ponto de vista social e político. O primeiro foi a luta pela independência dirigida pela Frelimo. Iniciada em 1962, esta assumiu uma forma de confrontação militar com o regime colonial a partir de 1964. Deste processo resultou a proclamação da independência em 1975 e a instituição de um sistema político de partido único pela Frelimo. O segundo processo foi a guerra civil que se seguiu imediatamente à independência e que se prolongou até 1992, opondo a Renamo ao governo da Frelimo.

Muito embora a Frelimo tenha desenvolvido desde muito cedo um discurso revolucionário de inspiração marxista, a sua luta pela independência foi essencialmente uma luta nacionalista. A presença de um pequeno grupo de intelectuais influenciados pelo movimento comunista internacional data da criação da Frelimo. Esse grupo foi gradualmente alargando a sua influência no seio da organização e tornou-se hegemónico a partir de 1968[5]. Ao mesmo tempo, o contexto internacional da época e a opção pela luta armada como forma de luta anti-colonial reforçaram o papel da referência ao marxismo no discurso nacionalista moçambicano (Brito 1991)[6].

Ao mesmo tempo, uma das particularidades da história política moçambicana foi a virtual inexistência de outros movimentos independentistas para além da Frelimo. Com efeito, apesar de várias dissidências e de se terem formado alguns outros partidos no exílio, nenhum deles conseguiu conquistar espaço político e legitimidade suficiente no combate ao colonialismo. Esta situação permitiu à Frelimo consagrar-se e ser internacionalmente reconhecida

como o "único e legítimo representante do Povo Moçambicano" e, como tal, negociar a independência do país com o governo português saído do golpe de 25 de Abril de 1974.

Usando a sua legitimidade histórica de obreira da independência, a Frelimo projectou-se como partido único e impôs-se como "força dirigente do Estado e da sociedade". A sua retórica revolucionária e a sua acção na gestão do Estado recém-independente provocaram não só uma forte reacção dos "poderes brancos" da região, a Rodésia e a África do Sul, que se sentiam ameaçados por um vizinho que apoiava a luta dos movimentos nacionalistas desses países, mas também um descontentamento em amplos sectores da população moçambicana.

Foi nesse contexto de confrontação com os regimes da Rodésia e da África do Sul e, a nível interno, da tentativa de transformar de maneira autoritária as formas de organização social, particularmente nas zonas rurais, que se desenvolveu um movimento armado de oposição, a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo). A guerra civil que se seguiu constitui o segundo factor estruturante do actual campo político moçambicano.

Apesar de várias tentativas, desde 1984, de amnistiar os membros da Renamo e de os integrar no Estado da Frelimo, a guerra continuou e só viria a terminar depois das demoradas negociações entre as duas partes beligerantes que resultaram na assinatura do Acordo Geral de Paz, em Roma (1992). Ao longo da guerra, a Renamo desenvolveu-se como um movimento nacional, cujo projecto era derrubar e substituir a Frelimo no poder. Embora a sua base social se localize essencialmente na região centro e centro-Norte do país, como mostram os resultados da votação nos três processos de eleições gerais que tiveram lugar até hoje [7], esta organização nunca se apresentou nem agiu como um partido regional e, menos ainda, regionalista.

Durante muito tempo, a Renamo limitou-se a fazer guerra à Frelimo com o objectivo de derrubar o que designava como "poder comunista" em Moçambique. Porém, este combate não foi acompanhado de uma crítica clara do monopartidarismo, nem da defesa explícita de um sistema de democracia multipartidária. Só na fase final do conflito e no contexto das negociações que se iniciavam nessa altura é que a questão da democracia começou a ser abordada pela Renamo nesses termos. Ao contrário da Frelimo, a Renamo cresceu e desenvolveu-se como um aparelho fundamentalmente militar, como um corpo social armado[8].

Sem um verdadeiro programa político, e não podendo questionar a legitimidade da luta pela independência dirigida pela Frelimo, nem o seu fundamento nacionalista, a Renamo reconhece a legitimidade da "Frelimo de Mondlane", em contraposição à "Frelimo comunista" de Samora Machel e Joaquim Chissano, inscrevendo-se assim no terreno do nacionalismo estabelecido pela Frelimo. Ao mesmo tempo, procura, no entanto, diferenciar-se reivindicando a sua legitimidade com base no papel que teria desempenhado na "luta pela democracia" e no facto de ter sido o seu combate que obrigou a Frelimo a aceitar o multipartidarismo.

Se é verdade que a adopção de um sistema político multipartidário foi em grande medida o resultado da luta da Renamo, há que salientar que os termos do Acordo Geral de Paz que ela negociou podem ser apontados como tendo contribuído para a relativamente fraca qualidade e as limitações do actual sistema democrático moçambicano. Com efeito, o processo de transição acordado em Roma teve algumas características que iriam condicionar a redefinição do espaço político em Moçambique:

a) Em primeiro lugar, o processo foi baseado no reconhecimento do governo da Frelimo e não estabeleceu instituições de transição capazes de fazer a ruptura com o passado e com a lógica dominante de hegemonia das forças militarizadas. O Acordo Geral de Paz, para além de uma ligeira revisão constitucional e da criação de um exército nacional integrando elementos das duas partes, estabeleceu apenas algumas comissões mistas de supervisão, cujas funções se esgotavam com a realização das eleições. Todo o aparelho de transição foi concebido sobretudo para proteger os interesses da Renamo no seu processo de reintegração e acomodação no Estado e não para rever as regras e criar uma nova dinâmica social e política. A Frelimo pôde, assim, manter praticamente intacto o aparelho da administração pública que tinha criado e consolidado desde a independência, assim como manter e mesmo reforçar as forças da polícia e dos serviços de segurança que se mantiveram sob seu controlo exclusivo.

b) Em segundo lugar, o processo foi centrado nos dois ex-beligerantes e excluiu praticamente qualquer protagonismo da parte de outras forças políticas e da sociedade civil em geral. Nestas condições, a bipolarização instalada durante a guerra civil foi confirmada nas eleições de 1994, dando origem a um sistema político bipartidário, não obstante o sistema eleitoral adoptado ter sido o proporcional[9].

c) Finalmente, uma outra característica do processo de transição foi o grande apoio da comunidade internacional, nomeadamente financeiro. Não só os doadores internacionais financiaram o processo de transição e os próprios partidos, como desde então têm contribuído com fundos de ajuda que ainda hoje representam mais de metade do orçamento do Estado. Um dos efeitos perversos desta situação é que o governo e as forças políticas dependem muito mais dos doadores do que dos cidadãos, o que enfraquece o processo de prestação de contas, reduz o espaço de debate e negociação de interesses próprio da democracia pluralista e contribuiu para reforçar uma atitude paternalista em relação aos cidadãos da parte do governo e do Estado, assim como das forças políticas em geral.

As condições da transição, nomeadamente a reintegração das forças da Renamo no novo exército nacional, e a conquista de posições políticas (especialmente na Assembleia da República) para uma parte significativa da sua liderança foram suficientes para garantir a paz, mas isto foi feito em detrimento da sua consolidação como movimento político.

Na verdade, as principais reivindicações políticas da Renamo (de alguma maneira, o seu embrionário "programa político") tinham entretanto sido recuperadas pela Frelimo. Esta última tinha não só aceitado o princípio do multipartidarismo, mas sobretudo tinha abandonado a sua referência ao marxismo para se converter à economia de mercado e iniciado um processo de reconhecimento da organização social tradicional e das suas autoridades. Por outro lado, colocada em situação de competição, a Frelimo inicia um processo de promoção interna e de recrutamento de quadros oriundos das regiões do centro e Norte do país, respondendo assim a uma das críticas mais frequentes que lhe eram feitas, a sobre-representação do Sul na direcção do partido e do Estado, e reduzindo um eventual espaço de mobilização política em favor da Renamo[10].

Não obstante as grandes diferenças que se podem apontar entre os movimentos políticos de oposição de Moçambique e de Angola, é interessante notar a semelhança que se observa entre os processos de transição política nos dois países, embora o percurso seguido por cada um dos países tenha sido muito diferente[11]. Nos dois casos se pode dizer que, como defende Messiant (2009) em relação a Angola, os partidos no poder foram capazes de efectuar três transições: da economia estatal para a economia liberal; da guerra para a paz; e do partido único para o multipartidarismo, sem que a sua dominação tenha sido posta em causa. A explicação desta semelhança não deve ser procurada do lado da oposição, mas na natureza dos dois partidos dirigentes, a Frelimo e o MPLA[12], e da sua capacidade para se instituírem e consolidarem como partidos-Estado.

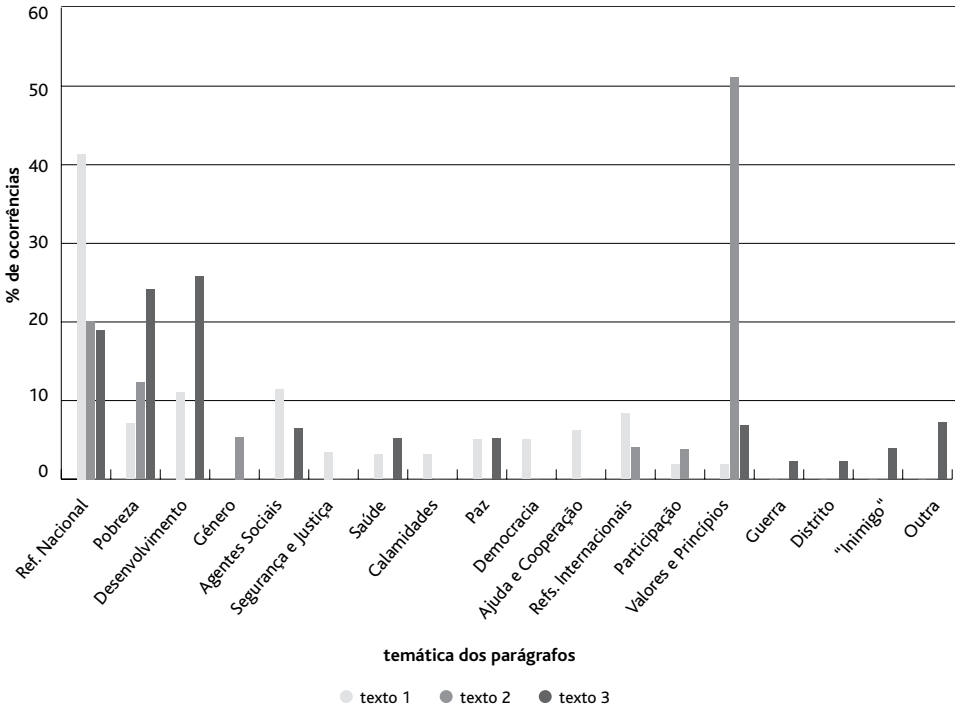
O campo político moçambicano acaba, pois, por se constituir, depois do processo de transição, à volta dos dois "partidos armados", que, pela sua história, tinham ambos "vocação" de partido único. Do ponto de vista ideológico, a Frelimo abandonou oficialmente, em 1989, a referência ao marxismo em favor do "socialismo democrático" e passou a apresentar-se como partido "de todo o Povo"[13], mantendo-se assim dentro do registo do nacionalismo que lhe era próprio. Por seu lado, a Renamo, embora nos seus estatutos se tenha definido de forma mais consentânea com um sistema de democracia liberal[14], enfrentando permanentemente a acusação de ser uma organização manipulada e anti-nacional e incapaz de desenvolver um programa político próprio, acaba inscrevendo-se no mesmo registo nacionalista. Assim, o debate político nacional ficou praticamente reduzido, desde então, a um conflito de legitimidade[15] entre estas duas forças políticas, ficando pouco espaço para o desenvolvimento de visões alternativas sobre os problemas nacionais capazes de mobilizar efectivamente os cidadãos. É assim que, depois de uma grande participação nas primeiras eleições gerais (87%), que correspondeu às enormes expectativas em relação às promessas que um futuro sem guerra permitia, a abstenção aumentou até um nível em que a própria legitimidade do poder político pode ser posta em causa[16].

O discurso presidencial e a pobreza

Depois da breve apresentação das linhas gerais da formação do campo político moçambicano actual, vamos analisar o discurso presidencial através dos três textos que assinalaram o início do mandato de Armando Guebuza. Convém começar por sublinhar que, para uma verdadeira compreensão do discurso presidencial, sobretudo quando se trata de intervenções escritas, é preciso considerar que, embora tenham evidentemente marcas pessoais, se trata de um discurso colectivo, num duplo sentido: primeiramente porque é, em grande medida, o produto do trabalho de assessores e, em segundo lugar, porque exprime as posições oficiais do partido, aquelas em que os seus membros se reconhecem ou são chamados a seguir.

Uma primeira abordagem geral, consistindo na identificação dos assuntos que caracterizam cada parágrafo e no cálculo do peso percentual que têm no conjunto do texto (Gráfico A), permite ver que as três intervenções apresentam, para além de um fundo comum, algumas características que as distinguem. Efectivamente, cada uma delas revela as marcas do contexto particular em que foi feita.

Gráfico A: Temática das intervenções presidenciais



Embora em todas as intervenções o que designámos por "referência nacional" (quando o parágrafo fala de Moçambique, do Povo Moçambicano ou dos Moçambicanos) ocupe um lugar de destaque, o que nos remete para o nacionalismo que naturalmente constitui uma dimensão central do discurso político da Frelimo e, por isso, o seu fundo comum, o seu peso relativo é diferente em cada uma delas. Assim, no primeiro texto, lido por ocasião da investidura do presidente, que é o mais longo e aborda uma maior variedade de assuntos, o aspecto de afirmação nacionalista e da legitimidade histórica da Frelimo é o mais destacado, não só no interior do próprio texto (42%), mas igualmente em relação ao peso do mesmo nas outras duas intervenções (20% e 19%). No segundo texto, lido na cerimónia de tomada de posse dos membros do governo, apesar da dimensão nacionalista transparecer com um certo destaque, a temática mais importante corresponde àquilo que designámos como "valores e princípios" (56%), o que reflecte a vontade presidencial de garantir que a acção governativa obedeça às suas orientações. Finalmente, no terceiro texto, lido por ocasião da posse dos governadores provinciais, a temática da pobreza e do desenvolvimento aparece com mais destaque (em conjunto representando 48%). Prolongando a intervenção anterior, o destaque é aqui dado à máquina governativa que assegura o controlo no terreno, particularmente os governadores e administradores distritais, e ao que dela se espera em termos de promoção do desenvolvimento.

Uma análise lexicográfica mais sistemática confirma a visão geral acima apresentada. Considerando que as palavras cuja frequência no discurso é a maior são aquelas que definem os seus contornos temáticos, podemos verificar no quadro abaixo a lista das palavras-tema para as três intervenções que aqui nos interessam[17].

QUADRO 1: Palavras-tema nas intervenções presidenciais

Palavras-tema (texto 1)	n*	*f***	Palavras-tema (texto 2)	n*	*f***	Palavras-tema (texto 3)	n*	*f***
Moçambique***	40	12,2	Moçambique***	17	11,0	Moçambique***	23	8,7
Povo	20	6,1	Queremos	15	9,7	Povo	19	7,2
País	16	4,9	Governo	10	6,5	Pobreza****	19	7,2
Pobreza	13	4,0	Dirigentes	9	5,8	Desenvolvimento	12	4,6
Desenvolvimento	13	4,0	Combate	7	4,5	Combate	12	4,6
Combate	12	3,6	Nacional	7	4,5	País	11	4,2
Nacional	10	3,0	Promoção	6	3,9	Social	10	3,8
Governo	9	2,7	Espírito	5	3,2	Missão	7	2,7
Paz	8	2,4	Sector	5	3,2	Paz	7	2,7
Presidente	8	2,4	Sejam	5	3,2	Sociedade	7	2,7

* **n** = número de ocorrências; ** ***f*** = frequência relativa por mil palavras.
*** inclui as formas Moçambicano(a)(s) e Moçambicanidade. *** inclui as formas "pobre" e "pobres", que aparecem uma vez cada.

Como se pode ver no quadro 1, em todas as intervenções, o termo Moçambique (e seus derivados) aparece como o mais frequente. Ao mesmo tempo, aparecem com frequência expressões como "Povo Moçambicano", "nosso Povo", "pátria amada" ou "pérola do Índico"[18], o que nos remete para o terreno da expressão e afirmação nacionalista. De facto, o nacionalismo aparece como a característica básica de todo o discurso presidencial, e em qualquer ocasião. Há dois motivos que podemos apontar para a forte presença de marcas de nacionalismo: o primeiro é que a nação moçambicana é ainda uma nação em construção[19] e, como tal, evocá-la é uma das formas de a fazer existir; o segundo tem que ver com a capitalização pela Frelimo da sua legitimidade histórica como obreira da independência e a desvalorização implícita da legitimidade histórica e política da Renamo.

A segunda característica que podemos identificar, sempre considerando a lista das palavras-tema identificadas, é que aparece um único assunto dominante nas intervenções, a pobreza (tendo como contraponto o desenvolvimento). Embora no segundo texto a temática da pobreza possa parecer ausente porque o termo não figura na lista das palavras mais utilizadas (de facto o número de ocorrências é apenas 4), na realidade, esse continua a ser o assunto dominante. Uma análise atenta da lista permite verificar que não há outro assunto em destaque e que, se a pobreza não aparece com o destaque habitual, é apenas porque a intervenção se concentra na exigência de acção por parte dos governantes, o que se reflecte no uso mais frequente dos termos "queremos", "dirigentes" e "governo". Mas essa acção refere-se, principalmente, ao "combate à pobreza" e é por isso que a palavra "combate" tem um peso relativamente importante em todas as intervenções. Na verdade, a análise dos textos revela que a pobreza aparece quase exclusivamente referida em termos de "combate à pobreza". Ou seja, fala-se muito do objectivo, muito pouco da própria pobreza e praticamente nada dos pobres.

O quadro 2 apresenta, para cada um dos textos, o contexto imediato em que a palavra "pobreza" se inscreve, o que permite ter uma ideia bastante precisa do sentido em que o termo é usado e a que é que está associado. Assim, na primeira intervenção constatamos que, em todas as treze ocorrências, se trata da utilização da expressão "combate à pobreza", embora as formas possam variar ligeiramente (por exemplo, "vencer a pobreza" ou "a pobreza vai acabar"). O mesmo acontece nas quatro ocorrências da segunda intervenção, que também se referem todas ao "combate à pobreza". Na terceira intervenção observa-se igualmente que o "combate à pobreza" é a nota dominante. Porém, nesta intervenção, as referências à pobreza trazem três novos aspectos: em primeiro lugar aparece a ideia de que a pobreza está concentrada no "campo" (nos "distritos rurais" ou no "meio rural"); em segundo lugar, é recusada a ideia de que a pobreza seja um destino a que não seria possível escapar ("não é uma dádiva divina"); em terceiro lugar, ela é referida a propósito dos "pregadores da pobreza", "os que advogam que esta condição ... é sinónima de honestidade" (Guebuza 2004d: 30).

A insistência no tema do "combate à pobreza", com poucas referências às políticas que deveriam consubstanciar a sua concretização[20], leva-nos a considerar que se trata de um discurso ritual e encantatório, onde a evocação do combate parece ter o papel de substituir a sua efectiva realização. No entanto, ainda que esta dimensão possa em parte ser considerada devido à ausência de uma tradição de debate aberto em Moçambique, uma outra parece também relevante.

QUADRO 2: Contexto de ocorrência da palavra "pobreza"

texto 1	
rescindível para dar início ao combate à **pobreza**	que grassava Moçambique. Esta decisão encerrava
inhar, decididamente, na luta contra a **pobreza**	. Na forja da unidade nacional, na nossa
nossa convicção de que podemos vencer a **pobreza**	em Moçambique. Por isso, o que nos vamos
e, por isso, o nosso combate contra a **pobreza**	também não deve ter tréguas. Eis a razão
pação na mudança de atitude e no combate à **pobreza**	. Vamo-nos empenhar no apoio ao empresariado
ambém nossa parceira no combate contra a **pobreza**	. Dela esperamos a sua continuada e irreticente
e modo, mais activo no combate contra a **pobreza**	. O crime e a corrupção são inimigos insidiosos
e aqui o reafirmamos, a vitória sobre a **pobreza**	é, em primeiro lugar, da responsabilidade
omisso que assumimos no combate contra a **pobreza**	é total. Da nossa parte, comprometemo
paz e estabilidade e de combate contra a **pobreza**	. Queremos aproveitar esta oportunidade
frica no seu esforço de combate contra a **pobreza**	e de se retirar da marginalização. Em vários
igente e instituição no combate contra a **pobreza**	. Uma vez mais, expressamos os nossos agradecimentos
r as mangas, nesta pérola do Índico, a **pobreza**	vai acabar.
texto 2	
ssos eleitorais, centrados no combate à **pobreza**	absoluta em Moçambique, nos próximos cinco
nós, vamos ganhar este combate contra a **pobreza**	. É igualmente nossa expectativa que os
mização da sua contribuição no combate à **pobreza**	absoluta nos próximos cinco anos. Impõe
a paz, da democracia e para o combate à **pobreza**	. O nosso discurso de campanha eleitoral
texto 3	
governadores e os eu papel no combate à **pobreza**	absoluta em Moçambique, nos próximos cinco
gir num único objectivo: o de combate à **pobreza**	e promoção do desenvolvimento económico
is de crescimento económico elevados. À **pobreza**	não pôde escapar ao recuo inevitável ante
ir-lhe maior protagonismo no combate à **pobreza**	, definimos o distrito como a base da planificação
nesses distritos rurais onde o drama da **pobreza**	absoluta é mais acentuado. Efectivamente
, incluindo as indústrias culturais. A **pobreza**	absoluta que grassa em grande parte o meio
pensar". Mais importante ainda é que a **pobreza**	absoluta que ainda impera no campo contrasta
exactamente para responder à situação de **pobreza**	absoluta em que vive a maioria do nosso
am estar na linha da frente de combate à **pobreza**	no país. Na cerimónia de tomada de posse
oral teve como pano de fundo o combate à **pobreza**	. Hoje assumimos este combate como a nossa
portunidades a todos os Moçambicanos que **pobreza**	não é uma dádiva divina e que com o seu
balho, os Moçambicanos vão acabar com a **pobreza**	. O segundo adversário é constituido pelos
rsário é constituido pelos pregadores da **pobreza**	, os profetas da desgraça, aqueles que advogam
Moçambicanos. Para estes pregadores da **pobreza**	, aqueles que não sabem onde e como obter
dos os Moçambicanos na sua luta contra a **pobreza**	. A vossa missão, que é a missão de todos
dos cargos governativos, é o combate à **pobreza**	. Devem, por isso, procurar esclarecer
e, por isso, nesta missão de combate à **pobreza**	, merecem o apoio e encorajamento de todos

Apesar de, pelo menos formalmente, a Frelimo se inscrever num campo político onde, desde 1992, diferentes forças se encontram em competição, parece óbvio que a Frelimo não

precisa de desenvolver argumentos para defender as suas posições. Tal situação deve-se à forma como a Renamo se acomodou no espaço político moçambicano, sem nunca ter conseguido transformar-se num verdadeiro partido político, a não ser do ponto de vista formal, limitando-se a viver da renda que a negociação do fim da guerra e, depois, a sua presença no parlamento lhe proporcionaram. Finalmente, uma outra razão pode ser apontada para a ausência de debate sobre as formas que o combate à pobreza deve assumir: é que os programas formulados neste campo (os Planos de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta - PARPA) correspondem à simples adopção das recomendações de política feitas pelas grandes organizações internacionais, com destaque para o Banco Mundial.

Mas que pobreza?

Efectivamente, a leitura das intervenções presidenciais permite detectar a presença de pelo menos alguns dos elementos fundamentais que marcam, desde o início dos anos 1990, a concepção de pobreza e as formas de a combater que são próprias do Banco Mundial e da sua teoria social e económica neoliberal.

Um primeiro aspecto está patente na forma como é colocado o objectivo de vencer a pobreza, que consistiria em não haver "nenhum Moçambicano... que não seja capaz de assegurar, *com o seu trabalho*... um conjunto de condições básicas para a sua subsistência e bem-estar, com dignidade" (Guebuza, 2004ª: 11) (sublinhado nosso). Nesta perspectiva, que é exactamente a do Banco Mundial, os pobres são, pois, aqueles "que não são capazes de assegurar para si e para os seus dependentes um conjunto de condições básicas para a sua subsistência" (Guebuza, 2004d: 27). De acordo com esta visão, o problema não se coloca em termos da estrutura e funcionamento social da economia (a não ser na medida em que eventualmente o Estado não promova o livre desenvolvimento do mercado), mas é remetido para as condições de desenvolvimento do mercado que, pela sua lógica, permitiria a incorporação de todos aqueles que, estando dispostos a trabalhar, sejam dotados das necessárias capacidades (competitividade no mercado de trabalho). Nesta linha de pensamento, as políticas de combate à pobreza preconizadas, em vez de assentarem na análise da dinâmica económica e social tomada na sua globalidade e complexidade, atribuem ao Estado a tarefa de se ocupar dos "incapazes", promovendo as condições para eles se tornarem competitivos e para que se possam inserir no mercado, ou assistindo-os enquanto tais condições não se verificam (Ugá, 2004). Dentro desta lógica, podemos destacar a "atenção... à formação técnico-profissional virada para responder às necessidades do desenvolvimento local e do País e para o auto-emprego" (Guebuza, 2004b: 12) e, em geral, a promoção da educação e da saúde ("reabilitação e expansão da rede escolar e sanitária"), mas também o desenvolvimento de infra-estruturas

("construção de vias de acesso e fontes de água") referidas nas intervenções presidenciais.

O segundo aspecto é relativo à questão do funcionamento e do papel do Estado. Na óptica do Banco Mundial, o Estado deve assumir o papel de facilitador do mercado e complementá-lo nas áreas ou aspectos em que este não está interessado ou não funciona. Neste domínio, podemos registar as referências à reforma do sector público, que inclui o combate ao crime e à corrupção e é destinada a "melhorar a eficácia e a eficiência da administração pública" (Guebuza, 2004b: 13). A reforma do sector público e, em geral, *a good governance* são consideradas no modelo do Banco Mundial como condições necessárias ao sucesso das políticas que assentam no funcionamento do mercado, entre outros aspectos, porque intimamente ligadas à previsibilidade[22]. Aliás, na segunda intervenção presidencial, a questão da previsibilidade é directamente referida como tal, embora relativamente a um aspecto particular que é o dos bens públicos: "De vós... esperamos uma aplicação rigorosa da legislação vigente sobre a gestão dos bens públicos, para garantir transparência e para que os vossos actos de governação sejam *previsíveis*" (Guebuza, 2004c: 21) (sublinhado nosso). E é também no sentido de garantir condições de eficiência e previsibilidade aos agentes económicos que se deve entender a preocupação expressa dos "tribunais serem mais céleres a dirimir os conflitos" (Guebuza, 2004b: 13). Em geral, o Estado é concebido como tendo o papel de facilitador do mercado e é exactamente nesse contexto que, também nas intervenções presidenciais, aparecem referências em relação ao "apoio ao empresariado nacional" e à "atracção do investimento estrangeiro" (Guebuza, 2004b: 12), ou a recomendação para que "os titulares dos cargos governativos contribuam para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento da actividade empresarial..." (Guebuza, 2004d: 28).

A partir dos elementos acima apontados, é evidente que o discurso presidencial é construído com base na matriz neoliberal adoptada pelo Banco Mundial e, portanto, que as numerosas referências ao "combate à pobreza" se enquadram nessa mesma concepção. Ao mesmo tempo, o discurso presidencial corresponde ao que seria de esperar num país que, dependente da ajuda internacional, decidiu seguir um programa económico obedecendo às recomendações do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

Mas, para além do "combate à pobreza", existem na terceira intervenção presidencial duas referências à pobreza, que são de natureza distinta. Ambas surgem a propósito de "dois grandes adversários" que os dirigentes nomeados devem enfrentar na sua missão de combate à pobreza (Guebuza 2004d: 30).

O primeiro desses adversários seria o cidadão pessimista "que parte do princípio que, tendo os seus progenitores sido sempre pobres, ele não pode aspirar a uma condição diferente" (Guebuza 2004d: 30). O ponto interessante e revelador na conclusão deste raciocínio é que "alguns desses pessimistas podem até ser levados a *não ver ou não reconhecer os progressos*

em curso à sua volta" (Guebuza 2004d: 30) (sublinhado nosso). Ora, parece que se trata aqui mais de antecipar e desvalorizar a insatisfação e eventuais críticas à governação do que de uma improvável resistência dos cidadãos pobres à perspectiva de uma vida melhor.

O segundo adversário "é constituído pelos pregadores da pobreza, os profetas da desgraça, aqueles que advogam que esta condição social é sinónima de honestidade e um exemplo a seguir por todos os moçambicanos" (Guebuza 2004d: 30). Se é verdade que muitos cidadãos sustentam que a honestidade devia ser um exemplo para todos, não se conhece quem tenha defendido que a pobreza deveria ser exemplo a seguir. Mais uma vez se trata de desqualificar as vozes críticas atribuindo-lhes falsamente posições indefensáveis[23].

O interesse destas passagens da terceira intervenção presidencial é que elas nos remetem para um campo que já não é exactamente o dos programas de combate à pobreza concebidos com base na doutrina do Banco Mundial, mas de uma concepção diferente. Na verdade, o extracto em questão, porque não exprime de forma explícita o raciocínio que nele está subentendido e que consiste no uso de uma concepção de pobreza travestida como argumento para justificar o enriquecimento, pode ser melhor entendido recuando no tempo e comparando com declarações muito semelhantes, mas mais claras, do então candidato presidencial. Com efeito, Armando Guebuza deu uma entrevista durante a campanha eleitoral de 2004 onde abordou o assunto de uma forma clara e directa:

Dom. : -Temos-lhe ouvido dizer que não devemos ter medo de ser ricos.

Guebuza: *- Nós temos que ter a certeza que somos capazes de deixar de ser pobres. Podemos, merecemos e somos capazes de ser ricos. Temos de cultivar a auto-estima. Os recursos são todos nossos. A mentalidade miserabilista de continuar a ser pobre e de que só é honesto aquele que é pobre, é uma mentalidade ultrapassada, é uma mentalidade a combater. Deve ser varrida das nossas cabeças.*

Quando se fala de honestidade, há por aí quem pense que qualquer acto tendente a construir riqueza é, por esse nesmo facto, desonesto. É profundamente errado. Se nós questionarmos a seriedade daqueles que, trabalhando, conseguem ter alguma riqueza, estamos a castrar, à partida, a possibilidade de combater a pobreza.

Dom. : - Há quem pense que algumas pessoas enriquecem pelo facto de estarem a servir o povo.

Guebuza: *- É inveja. É inveja, ressalvando os casos em que algo aconteça de errado, mas isso tem de se provar. Não se pode acusar alguém de latronice ou roubo sem se saber de onde saiu o roubo. Praticamente toda a gente é acusada de corrupção, mas não se identifica a sua origem.*

Dom. : - Mas não acha que existe também um défice da nossa Justiça relativamente a todas essas acusações?

Guebuza: *- Todo o ciclo do roubo tem a ver, em primeiro lugar, com a luta para a pobreza. Enquanto tivermos a mentalidade de pobres e vivermos na pobreza, permanecerá sempre esse sentimento de inveja. (Domingo: 21).*

Embora nas primeiras frases pudéssemos admitir que a utilização dos termos "ricos" e "riqueza" se referia aos moçambicanos em geral, à medida que o raciocínio avança e as perguntas se vão tornando mais específicas, verificamos que se está a falar do enriquecimento de um pequeno número de cidadãos que, à partida, não eram os pobres para quem são concebidos os programas de combate à pobreza. Assim, o uso da terminologia do combate à pobreza é abusivo, mas corresponde à necessidade de procurar uma legitimidade contra as críticas que, com razão ou sem ela, põem em causa a realidade da eficácia do combate à pobreza, apontam como problema o crescimento da diferenciação social e a concentração da renda nas mãos de uma minoria e denunciam a corrupção e outras práticas ilícitas como fonte de enriquecimento.

Notas

[1] Para evitar a confusão entre a referência ao discurso como categoria geral e estes discursos específicos, passamos a referi-los, daqui em diante, como intervenções ou textos.

[2] O uso deste tipo de expressão de inspiração papal, que aparece por duas vezes nos textos aqui analisados, pode ser atribuído ao gosto pelo formalismo e grandiloquência que são característicos de um sector da intelectualidade moçambicana.

[3] Referimo-nos aqui à noção de campo desenvolvida por Pierre Bourdieu (1984) como espaço estruturado de posições onde os agentes sociais estabelecem relações de força em função dos seus interesses específicos, mas aceitando um conjunto de interesses comuns fundamentais. Neste sentido, o entendimento do discurso político só é possível quando este é contextualizado e referido aos discursos anteriores, aos discursos dos outros agentes políticos e às estruturas socio-culturais e políticas em que os vários agentes actuam (Gjerstad 2007).

[4] Como defende van Dijk (2002), a relevância do estudo do discurso político depende da capacidade de o relacionar com as propriedades das estruturas e processos políticos em que se inscreve.

[5] Como marcos dessa hegemonia, podemos apontar o II Congresso (1968) e, sobretudo, a reorganização da direcção político-militar da organização após o assassinato, em 1969, do seu presidente, Eduardo Mondlane.

[6] No seu primeiro congresso após a independência, que teve lugar em Fevereiro de 1977, a Frelimo viria a declarar-se oficialmente "partido de vanguarda marxista-leninista". Note-se que a referência ao mar-

xismo da Frelimo remete para as suas versões estalinistas (tanto soviética como maoista), perfeitamente adequadas à expressão de um nacionalismo modernista e centrado no Estado.

[7] Uma cartografia eleitoral das eleições de 1994, 1999 e 2004 a nível de distrito e de posto administrativo para todo o país encontra-se disponível em: http://www.iese.ac.mz/?__target__=rec_cart.

[8] Recorde-se aqui a análise que Geffray fez da natureza da Renamo: "... *corpo social armado*, para quem a guerra é o elemento vital. A Renamo tem como discurso político apenas o que lhe é estritamente necessário para operar a passagem do conflito que opõe as populações rurais ao Estado da Frelimo a uma forma de guerra, não alimentando para si própria, nem para as populações rurais que a apoiam, nenhum projecto político" (Geffray 1991: 155).

[9] Ao contrário dos sistemas eleitorais maioritários, que tendem a produzir sistemas políticos bipartidários, os sistemas de representação proporcional tendem a produzir sistemas pluripartidários.

[10] O sentimento de exclusão das elites oriundas da região central e do centro-Norte do país data do período da guerra da independência e de alguma forma encontrou expressão depois de 1975 no desenvolvimento da Renamo, mas penetra igualmente a própria Frelimo.

[11] Em Moçambique foi possível acomodar a Renamo e garantir imediatamente a paz em 1992, enquanto em Angola o conflito armado foi retomado uma primeira vez depois das eleições de 1992 (organizadas na sequência do Acordo de Bicesse, de 1991) e de novo a seguir ao acordo de Lusaka de 1994, para finalmente terminar somente após a morte de Jonas Savimbi, o líder da UNITA, em 2002.

[12] Partidos com raízes comuns, que foram criados e se desenvolveram a partir da mesma matriz social e ideológica: liderança oriunda de uma pequena burguesia educada e assimilada e portadora de um discurso nacionalista revolucionário e modernista. Durante a luta pela independência, integraram a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP).

[13] Nos Estatutos aprovados no último congresso, em 2006, o parágrafo 3 do artigo 2 (sobre a natureza do partido) diz: "A FRELIMO é o Partido do povo que concretiza a sua linha política na base das aspirações e sentimentos da vontade do povo, sua condição e razão da sua existência".

[14] A sua definição oficial é a seguinte: "A RENAMO é um Partido Político constituído por moçambicanos, sem distinção de sexo, raça, etnia, crença religiosa, profissão, origem social, lugar de nascimento ou de domicílio" (artigo 1 dos Estatutos aprovados no congresso de 2001).

[15] Uma forte indicação do carácter fundamentalmente não democrático destas duas organizações é o facto de defenderem a sua legitimidade pelo papel histórico na luta pela independência, para a Frelimo, ou pelo combate pela democracia, para a Renamo, e de nenhuma delas se referir à legitimidade proveniente das urnas. Naturalmente, reconhecer que o voto dos cidadãos é a fonte da legitimidade do poder político significaria, ao mesmo tempo, reconhecer a legitimidade dos adversários, o que é contraditório com o princípio totalitário que subjaz à ideologia nacionalista.

[16] Nas eleições gerais de 2004, a abstenção terá sido ligeiramente superior a 50%.

[17] Foram excluídos da contagem e análise os artigos, pronomes e preposições que, embora não sejam anódinos, não contribuem directamente, por si sós, para a temática do texto.

[18] "Povo Moçambicano" aparece 14 vezes no conjunto das três intervenções, "nosso Povo" 22 vezes e "pátria amada" e "pérola do Índico" aparecem 7 vezes.

[19] As diferenças regionais e étnicas são muito fortes no país, como se pode ver na importância que é dada às origens regionais e étnicas para o preenchimento dos cargos políticos e, mais em geral, de quaisquer outros cargos de poder, ou que ofereçam um mínimo de vantagens sociais e económicas, incluindo nos níveis médios da função pública e das empresas.

[20] Na terceira intervenção existem algumas breves notas sobre a necessidade de um desenvolvimento rural integrado e áreas de trabalho como, por exemplo, o aproveitamento dos recursos locais, os mercados rurais e o crédito rural, mas trata-se de mais de uma lista de objectivos do que de uma real orientação para a acção governativa.

[21] Uma das características do discurso nacionalista é a visão totalitária da sociedade, que se exprime na distinção radical entre o "nós" e os "outros" (sendo estes não só os estrangeiros, mas também os chamados "inimigos internos", os "agentes do inimigo" ou os "infiltrados"), o que reduz drasticamente o campo do debate legítimo e da expressão de ideias diferentes, particularmente se põem em causa as posições dos dirigentes.

[22] Supõe-se que a previsibilidade favoreça o ambiente de negócios e o investimento, ou seja, o normal funcionamento do mercado.

[23] Uma das características estruturais do discurso político é precisamente a valorização do "nós" e das "nossas" qualidades, opiniões, posições e a desvalorização dos "outros" (os adversários), das suas qualidades, opiniões ou posições.

Referências

Bourdieu, Pierre. 1984. Quelques propriétés des champs. In Pierre Bourdieu, *Questions de sociologie*. Paris: Minuit. (113-120).

Brito, Luís de. 1991. *Le Frelimo et la construction de l'Etat national au Mozambique: le sens de la référence au marxisme*. Paris: Université de Paris VIII. (Tese de doutoramento).

Brito, Luís de. 1997. Os Actores Políticos na Transição para o Multipartidarismo. In *Textos de leitura obrigatória da cadeira Moçambique Contemporâneo*. Vol. II. Maputo: UEM (mimeo).

Brito, Luís de. 2000. *Cartografia Eleitoral de Moçambique – 1994*. Maputo: Imprensa Universitária.

Dijk, Teun van. 2002. Political discourse and political cognition. In Chilton, Paul A.; Schäffner , Christina (eds.), *Politics as Text and Talk: Analytical approaches to political discourse*. Amsterdam: John Benjamins. (203-237).

Geffray, Christian. 1991. *A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Porto: Afrontamento.

Gjerstad, Øyvind. 2007. The Polyphony of Politics: Finding Voices in French Political Discourse. In *Critical Approaches to Discourse Analysis across Disciplines*, 1 (2): 61-78.

Guebuza, Armando. 2004. Podemos, merecemos e somos capazes de ser ricos. In *Domingo*, 28 de Novembro de 2004. (20-21).

Guebuza, Armando. 2006a. A nossa missão: o combate contra a pobreza. In *Armando Guebuza, A nossa missão: o combate contra a pobreza*. Maputo: CEDIMO. (9-16).

Guebuza, Armando. 2006b. Combate à pobreza: um desafio que exige criatividade e celeridade nas nossas acções. In *Armando Guebuza, A nossa missão: o combate contra a pobreza*. Maputo: CEDIMO. (19-22).

Guebuza, Armando. 2006c. Distrito: base para a dinamização do combate à pobreza. In *Armando Guebuza, A nossa missão: o combate contra a pobreza*. Maputo: CEDIMO. (25-30).

Messiant, Christine. 2009. Multipartisme sans démocratie. L' économie politique d'une reconversion hégémonique. In Christine Messiant, *L'Angola postcolonial : Tome 2, Sociologie politique d'une oléocratie*.

Ugá, Vivian D. 2004. A Categoria "Pobreza" nas Formulações de Política Social do Banco Mundial. In *Revista de Sociologia e Política*. 23: 55-62.